

**Resenha do livro:**

**ALVES, Gilberto Luiz (Org.). *Textos escolares no Brasil: clássicos, compêndios e manuais didáticos*. Campinas: Autores Associados, 2015. 185 p.**

**Resenhado por: Jémerson Quirino de Almeida<sup>1</sup>**

O livro *Textos escolares no Brasil: clássicos, compêndios e manuais didáticos*, organizado por Gilberto Luiz Alves, foi publicado em 2015 pela editora Autores Associados, contando com 185 páginas. Gilberto Luiz Alves, que responde pela organização do volume, é graduado em pedagogia, professor pesquisador da UFMS e centrou sua formação na área da educação, realizando pesquisas sobre escola pública moderna no Brasil e organização do trabalho didático.

Quatro capítulos dividem o presente volume. Alves escreve o primeiro: “Textos escolares do ensino secundário no Brasil: da época jesuítica aos nossos dias”. Em co-autoria com Carla Villamaina Centeno produziu o segundo capítulo do livro: “Compêndios de história do Brasil no Colégio Pedro II: Império e primeira metade do século XX”. O trabalho conta ainda com outros dois capítulos: “O ensino de sociologia no Colégio Pedro II e os compêndios produzidos por Carlos Miguel Delgado de Carvalho: 1931-1939”, de Silvia Helena Andrade de Brito e “A evolução biológica em textos escolares de história natural usados no Colégio Pedro II: 1835-1945”, elaborado por João Mianutti.

A publicação reúne alguns resultados de projeto de pesquisa centrado nos instrumentos de trabalho didático do ensino secundário e, sem dúvida, apresenta pontos importantes para o estudo sobre a organização do trabalho na escola contemporânea. Todos os capítulos tomam como objetos de análise textos escolares utilizados nas escolas brasileiras, em especial, os materiais empregados no Colégio Pedro II, considerado como instituição de ensino modelar desde sua criação, na primeira metade do século XIX, até as primeiras décadas do século XX.

No primeiro capítulo “Textos escolares do ensino secundário no Brasil: da época jesuítica aos nossos dias”, Gilberto Luiz Alves alerta sobre a deficiente gama de estudos acerca dos livros escolares, especialmente ao não distinguirem os textos históricos dos manuais produzidos em nosso tempo. Assim, deixam de revelar a historicidade desses materiais. Com vistas a superar essa realidade, o autor propõe um retorno a Comenius, principal mentor da escola moderna.

Alves evidencia a não existência de materiais específicos para a instrução de crianças e jovens até o fim da Idade Média. Segundo o autor, os textos escolares especializados só surgiram sob a forma de manuais didáticos e foram propagados nas regiões sob influência da Reforma Protestante. Foi nesse quadro histórico que Comenius desenvolveu sua proposta de ensino, com base na “organização técnica da manufatura, dividiu e simplificou o trabalho didático, decompondo-o em suas operações constitutivas, daí a seriação dos estudos, os níveis de ensino e a clara definição das distintas áreas do conhecimento no plano de estudos” (ALVES, 2015, p. 7).

Com essas mudanças ainda nas origens da escola moderna, houve uma virada relevante para a educação, pois o professor não mais necessitava ser um sábio: assim, com base no método de ensino comeniano surgia uma nova modalidade de educador, o professor especializado. De acordo com Alves, mesmo para a “Academia” foram recomendados textos que resumiam as obras clássicas inteiras ao que era tido como substanciais. Tal constatação do autor é de suma importância para uma leitura crítica da educação superior nos dias atuais, pois percebemos cada vez mais a presença de resumos na forma de materiais apostilados em diversas instituições de nível superior no país, em

detrimento ao emprego dos livros de autores clássicos. Esses, quando empregados, são apresentados apenas sob a forma de extratos, não sendo lidas e discutidas as obras na íntegra.

Outra questão exposta por Alves é o fato de já haver, à época de Comenius, a preocupação com a distinção entre dois gêneros de livros, alguns para o uso dos alunos e outros para instruir o professor. Isso denota a influência exercida pelos materiais no trabalho dos professores e revela como o ensino, a partir de então, passa a ser sustentado nesses materiais. Sobre a educação em espaços de influência da contrarreforma, Alves diz que os textos especializados tardaram em vigorar. No caso da educação brasileira, o autor afirma: “Depois de ter passado por diversas transições, o manual didático adentrou incompleto pelo século XX e só se realizou plenamente na sua segunda metade do mesmo período” (ALVES, 2015, p. 10). Para ele, a expansão da escola primária e da escola secundária favoreceu o emprego de textos escolares especializados, contribuindo para o abandono dos compêndios.

Em seu capítulo dois “Compêndios de *História do Brasil* no Colégio Pedro II: Império e primeira metade do século XX”, Gilberto Luiz Alves e Carla Villamaina Centeno buscaram evidenciar as características dos conteúdos veiculados pelo texto escolar e apreender as funções por ele assumidas na relação educativa. Para tanto, elegeram uma temática a ser estudada: a Guerra do Paraguai. Mesmo não sendo o objetivo central dos autores a crítica à historiografia sobre o conflito, eles acabam por fazê-la, abordando os diferentes discursos expostos pelos compêndios e pela historiografia que versa sobre o tema.

Os autores sustentam a hipótese de que por não ter sido uma nação capitalista plenamente desenvolvida, o Brasil tardou “a produzir os manuais didáticos modernos e que a sua forma de realização ainda não ganhara, no século XIX e primeira metade do século XX, as características e as funções que esses instrumentos do trabalho didático incorporaram na proposta comeniana” (ALVES & CENTENO, 2015, p. 65). Com vistas a impetrar sustentação às suas proposições, Alves e Centeno investigam alguns compêndios do período imperial e início do século XX, constatando que as características desses materiais são pouco compatíveis com as do manual da escola moderna. Segundo eles, os livros analisados apresentam textos extensos e pretendiam sintetizar o conhecimento em uma determinada área, não se destinavam a níveis específicos de ensino e, assim, expressam o limitado grau de divisão do trabalho didático imposto ao professor no período (ALVES & CENTENO, 2015). Sobre o conteúdo veiculado pelos livros analisados, averiguaram que “reproduziram a tendência dominante no final do século XIX e primeiras décadas do século XX, pois plasmaram a interpretação no discurso das memórias dos soldados e nos documentos oficiais da campanha” (ALVES & CENTENO, 2015, p. 79).

Alves e Centeno demonstram que no próprio nível secundário a expansão escolar conspirou contra os livros de tipo compêndio, sendo introduzidos progressivamente textos que assingelavam e resumiam as informações históricas. De acordo com os autores: “Tais instrumentos simplificavam o trabalho realizado pelo professor, o que facultava a incorporação ao magistério de quadros que não se destacavam por um domínio do conhecimento situado acima da média” (ALVES & CENTENO, 2015, p. 107). Por conta do avolumado número de exemplares colocados em circulação, ocorreu o barateamento desses livros, o que favoreceu a difusão do ensino secundário nos principais centros urbanos do país.

O terceiro capítulo do livro foi escrito por Sílvia Helena Andrade de Brito, sendo intitulado “O ensino de sociologia no Colégio Pedro II e os compêndios produzidos por Carlos Miguel Delgado de Carvalho: 1931-1939”. O texto analisa compêndios produzidos

por Delgado de Carvalho para o ensino de sociologia no Colégio Pedro II, uma vez que ele foi o professor que esteve à frente da disciplina durante a maior parte do período em que esta compôs o currículo do ensino secundário, entre os anos de 1925 e 1941. Para a análise dos conteúdos e da metodologia de ensino de sociologia, Brito escolheu uma temática específica: o estudo dos autores clássicos Émile Durkheim e Karl Max. Em nota de rodapés, a autora menciona a intenção preliminar em discutir também Max Weber, porém, não foi possível sua apreciação devido à ausência desse pensador nos livros de Delgado de Carvalho. Brito afirma que os livros escolares de sociologia se asseguraram no ensino secundário após a metade da década de 1920, momento de grande ebulição social: “Essa efervescência social e política, na verdade, era determinada pelas mudanças impostas a um país que, entre as décadas de 1920 e 1930, iniciaria a transição rumo à sua industrialização” (BRITO, 2015, p. 126). Segundo a autora, o clima para análises sociológicas era favorável no Brasil, e se reforçava devido ao caráter científico defendido pelo movimento escolanovista em face às mudanças clamadas para a educação brasileira. A essa altura, Delgado de Carvalho, envolvido pelo movimento da nova escola, buscou enfatizar em sua produção o caráter prático da sociologia. Como sustenta a pesquisadora: “Em outras palavras, para uma atuação consequente na realidade social do país, era necessário o conhecimento da sociedade que se desejava influenciar. Ora, tal conhecimento só poderia ter essa eficácia se realizado em bases científicas” (BRITO, 2015, p. 133).

Brito sustenta a proposição de que a produção de textos escolares para o ensino de sociologia realizada por Delgado de Carvalho, que escreveu até o início dos anos 1970, se deu sob a forma de compêndios. Segundo a autora: “Isso se explica uma vez que seus textos foram escritos tendo em vista o momento histórico que antecede o início do processo de universalização do ensino secundário” (BRITO, 2015, p. 145). Antes, portanto, do emprego maciço do manual escolar. Contudo, frisa-se que algumas especificidades nos compêndios de Delgado de Carvalho os distanciam dos compêndios produzidos até o final do século XIX, o que se expressa, principalmente na preocupação do autor com o trabalho didático. Tais indícios denotam, na visão da autora, que esses materiais tomariam a direção de se tornarem manuais didáticos.

A elaboração do capítulo final do livro coube a João Mianutti: “A evolução biológica em textos escolares de história natural usados no Colégio Pedro II: 1835-1945”. O autor buscou apreender o manual escolar na relação educativa, por meio da análise de uma temática específica: a evolução biológica. Para sustentar suas investigações adotou a categoria teórico-metodológica da organização do trabalho didático. Mianutti analisou textos escolares de história natural, principalmente de zoologia, do século XIX até meados do século XX. De acordo com ele, os textos estudados foram produzidos com base na literatura francesa: “Cabe salientar que os professores do Colégio Pedro II, pelo seu caráter modelar para outras instituições e, sobretudo, pela carência de material na língua pátria, foram incumbidos de elaborar textos didáticos a partir de suas lições em sala de aula” (MIANUTTI, 2015, p. 172). O autor lembra que além das matérias tradicionais de história natural, no Colégio Pedro II aparece a matéria de zoologia filosófica. Esta contemplava as grandes teorias e as especulações sobre a origem e transformação dos animais. De acordo com o estudioso, tais questões estavam em debate na Europa no século XIX.

Segundo Mianutti, a influência do positivismo é visível nos manuais. A ideia de evolução apresentada está associada ao organismo, distante da acepção derivada do constructo darwiniano. Isso se explica, de acordo com o autor, por conta de a teoria da seleção natural de Charles Darwin não representar consenso na comunidade científica no final do século XIX: “Contudo, os avanços científicos que marcaram a primeira metade do século XX possibilitaram a construção da teoria sintética da evolução, em que a seleção

natural passa a ocupar um papel central na explicação do processo evolutivo” (MIANUTTI, 2015, p. 183). Mianutti nota que o contexto histórico brasileiro e a presença da literatura francesa - principal fonte para a produção dos textos estudados- favoreceram o pouco valor dado ao trabalho de Darwin, quase não explorado nos textos de história natural do colégio de Pedro II.

Por fim, a riqueza do livro aqui resenhado não pode ser medida, se não talvez, por meio das inquietações que dele brotam. Num cenário de constantes debates sobre a educação, de propostas impositivas dos governantes e, calorosos movimentos sociais em defesa de melhoras na educação básica e superior, o livro “Textos escolares no Brasil: clássicos, compêndios e manuais didáticos” nos ajuda a compreender as origens da organização do trabalho didático na atualidade. Um valioso convite para o leitor iniciante mergulhar no universo dos textos escolares. Aos que trilham o caminho das investigações sobre os materiais que envolvem a relação educativa, torna-se leitura fundamental.

#### Notas

---

<sup>1</sup> Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul –UEMS.